



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

**PROJETO DE LEI Nº 21/2021 — Autoriza o Município de Iturama a celebrar acordo extrajudicial de parcelamento de débitos junto a COPASA referente aos serviços de fornecimento de água e esgoto dos exercícios**

### I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, em análise por esta Procuradoria Geral, em apertada síntese, o projeto de lei tem por finalidade autorizar acordo extrajudicial com a Concessionária de Serviços de Água e Esgoto – COPASA no Município.

Apresentou documentação referente demonstrativo dos débitos de forma resumida totalizando o valor de R\$ 2.281.067,45 (dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) relativos a serviços de fornecimento de água e esgoto dos exercícios de 2017 a 2020 e parte referente a parcelamento de débitos de 2017.

A matéria é de interesse publico e deve ser apreciada pelos senhores Vereadores.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

A competência para proposição sobre a matéria está de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal em seu inciso I do artigo 69, vejamos:

#### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 69. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:**

**I – a iniciativa das leis, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;**

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois NÃO foi reservada a Lei Complementar, vejamos:

#### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.**

**§ Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:**

**I – Código Tributário do Município;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



- II – Código de obras;
- III – Código de Posturas;
- IV – Plano Diretor;
- V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;
- VI – lei instituidora da Guarda Municipal;
- VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;
- VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;
- IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;
- X – todas as Codificações.

Quanto a necessidade de autorização do Poder Legislativo temos que:

### LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 40.** Compete, privativamente, à Câmara Municipal, exercer as seguintes atribuições entre outras, expedindo o ato respectivo:

...

**XI – autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza de interesse do Município;**

Considerando que se trata de aprovação de acordo, é necessária cópia da minuta de acordo, vejamos:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 169. ...**

**§ 1º A proposição destinada a aprovar convênios, contratos e concessões contera a transcrição por inteiro dos termos do acordo.**

NÃO está em anexo minuta do termo de acordo a ser aprovado.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e Comissão de Serviços Públicos Municipais, Transporte e Meio Ambiente, reproduzo:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 68.** Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

...



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



**Art. 71. Compete à Comissão de Serviços Públicos Municipais, Transporte e Meio Ambiente, opinar sobre todos os processos atinentes à realização de obras e serviços prestados pelo Município, autarquias, entidades para estatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito municipal, bem como toda proposição relativa ao Meio Ambiente, especialmente a:**

**I – zoneamento urbano;**

**II – planejamento e desenvolvimento urbano.**

O quórum das deliberações do projeto é de **2/3 (DOIS TERÇOS)**, conforme preleciona o art. 263, VI, do Regimento Interno, caso aprovado nas Comissões Permanentes, reproduzo:

### REGIMENTO INTERNO

**Art. 263. Só pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros, pode a Câmara Municipal:**

...

**VI – aprovar empréstimos, operações de crédito e acordos externos, de qualquer natureza, dependente da autorização do Senado Federal, além de outras matérias fixadas em Lei complementar estadual.**

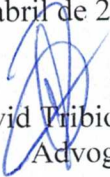
### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o projeto tem vício sanável pela anexação do TERMO DE ACORDO, após a regularização documental do projeto OPINO pela possibilidade de tramitação do projeto.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos Vereadores, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 13 de abril de 2.021.

  
David Tribioli Corrêa  
Advogado